

LUCAS ROCHA FURTADO

AS RAÍZES DA
CORRUPÇÃO NO BRASIL

ESTUDO DE CASOS E LIÇÕES PARA O FUTURO

Belo Horizonte



2015

© 2015 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

| | |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| Adilson Abreu Dallari | Flávio Henrique Unes Pereira |
| Alécia Paolucci Nogueira Bicalho | Floriano de Azevedo Marques Neto |
| Alexandre Coutinho Pagliarini | Gustavo Justino de Oliveira |
| André Ramos Tavares | Inês Virginia Prado Soares |
| Carlos Ayres Britto | Jorge Ulisses Jacoby Fernandes |
| Carlos Mário da Silva Velloso | Juarez Freitas |
| Carmen Lúcia Antunes Rocha | Luciano Ferraz |
| Cesar Augusto Guimarães Pereira | Lúcio Delfino |
| Clovis Beznos | Márcia Carla Pereira Ribeiro |
| Cristiana Fortini | Márcio Cammatosano |
| Dinorá Adelaide Museetti Grotti | Marcos Ehrhardt Jr. |
| Diogo de Figueiredo Moreira Neto | Maria Sylvia Zanella Di Pietro |
| Egon Bockmann Moreira | Ney José de Freitas |
| Emerson Gabardo | Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho |
| Fabrizio Motta | Paulo Modesto |
| Fernando Rossi | Romeu Felipe Bacellar Filho |
| | Sérgio Guerra |



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Supervisão editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Revisão: Cybele Maria de Souza

Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007

Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949

www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

| | |
|-------|---|
| F983a | Furtado, Lucas Rocha As raízes da corrupção no Brasil: estudos de caso e lições para o futuro / Lucas Rocha Furtado – Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015 436 p. ISBN: 978-85-450-0033-4 I. Corrupção no Brasil. I. Estudo de Caso. CDD: 342.05 CDU: 342.9 (81) |
|-------|---|

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FURTADO, Lucas Rocha. *As raízes da corrupção no Brasil: estudos de caso e lições para o futuro*. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 436 p. ISBN 978-85-450-0033-4.

SUMÁRIO

| | |
|----------------|----|
| PREFÁCIO | 15 |
|----------------|----|

CAPÍTULO 1

**A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS
RELACIONADOS AO ESTUDO DO TEMA..... 23**

| | | |
|-------|---|----|
| 1.1 | A importância do estudo da corrupção..... | 23 |
| 1.2 | O que é a corrupção e as razões para combatê-la | 26 |
| 1.2.1 | A impossibilidade de conceituar a corrupção | 27 |
| 1.2.2 | A corrupção privada..... | 30 |
| 1.2.3 | O Direito Penal, o Direito Administrativo e o Direito Privado como instrumentos de combate à corrupção | 34 |
| 1.2.4 | Características da corrupção | 39 |
| 1.2.5 | Propostas para combater a corrupção | 42 |
| 1.3 | Efeitos da corrupção | 44 |
| 1.3.1 | Efeitos benéficos da corrupção?..... | 44 |
| 1.3.2 | Efeitos políticos | 45 |
| 1.3.3 | Efeitos econômicos e sociais | 49 |
| 1.3.4 | Efeitos administrativos | 53 |
| 1.4 | Administração Pública e corrupção | 55 |
| 1.4.1 | Administração Pública e Estado de Direito | 55 |
| 1.4.2 | Tipos de corrupção no âmbito da Administração Pública | 57 |
| 1.4.3 | Causas da corrupção na atividade administrativa | 59 |

CAPÍTULO 2

**REGIME JURÍDICO, CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E ÓRGÃOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO
NO BRASIL..... 61**

| | | |
|---------|---|----|
| 2.1 | Abordagem geral sobre o Brasil | 61 |
| 2.2 | Organização política do Estado brasileiro: aspectos gerais | 61 |
| 2.3 | Controle como fundamento do Estado Democrático de Direito e mecanismo de combate à corrupção | 62 |
| 2.3.1 | Controle parlamentar direto | 65 |
| 2.3.1.1 | Controle político | 66 |
| 2.3.1.2 | Controle financeiro | 70 |
| 2.3.2 | Controle exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU)..... | 76 |
| 2.3.2.1 | Modelos de controle externo..... | 76 |
| 2.3.3 | Composição dos Tribunais de Contas | 79 |
| 2.3.4 | Natureza do controle exercido pelo TCU..... | 84 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 2.4 | Atribuições constitucionais e legais do TCU..... | 89 |
| 2.4.1 | Opinativa ou consultiva..... | 89 |
| 2.4.2 | Fiscalizadora..... | 89 |
| 2.4.3 | De julgamento de contas..... | 90 |
| 2.4.4 | De registro..... | 90 |
| 2.4.5 | Sancionadora..... | 91 |
| 2.4.6 | Corretiva..... | 91 |
| 2.5 | Natureza das sanções aplicadas pelo TCU e poder disciplinar.... | 92 |
| 2.6 | Espécies de processo no TCU..... | 94 |
| 2.6.1 | Processos de contas..... | 94 |
| 2.6.1.1 | Modalidades de contas..... | 94 |
| 2.6.1.2 | Julgamento das contas..... | 98 |
| 2.6.1.3 | Natureza das decisões proferidas pelo TCU no julgamento de contas..... | 100 |
| 2.6.2 | Processos de fiscalização..... | 104 |
| 2.6.2.1 | Objeto da fiscalização..... | 105 |
| 2.6.2.2 | Instrumentos de fiscalização..... | 108 |
| 2.6.2.3 | Tramitação dos processos..... | 116 |
| 2.6.3 | Processos sujeitos a registro..... | 117 |
| 2.7 | Recursos contra as decisões do TCU..... | 118 |
| 2.8 | Tribunais de Contas estaduais e municipais..... | 119 |
| 2.9 | Controle judicial..... | 122 |
| 2.9.1 | Sistemas de controle..... | 122 |
| 2.9.2 | Ministério Público..... | 124 |
| 2.9.3 | Limites ao controle judicial..... | 125 |
| 2.9.4 | Etapas para o controle judicial da discricionariedade..... | 127 |
| 2.9.5 | Instrumentos de controle judicial..... | 129 |
| 2.9.5.1 | Mandado de segurança..... | 129 |
| 2.9.5.2 | <i>Habeas corpus</i> | 134 |
| 2.9.5.3 | <i>Habeas data</i> | 134 |
| 2.9.5.4 | Mandado de injunção..... | 136 |
| 2.9.5.5 | Ação popular..... | 136 |
| 2.9.5.6 | Ação civil pública..... | 139 |
| 2.9.5.7 | Ação de improbidade..... | 140 |
| 2.9.5.8 | Outras ações..... | 145 |
| 2.9.6 | Efetividade e dados acerca da atuação do Poder Judiciário no combate à corrupção..... | 146 |
| 2.10 | Órgãos do Poder Executivo de controle da Administração Pública e de combate à corrupção..... | 151 |
| 2.10.1 | Departamento de Polícia Federal (DPF)..... | 152 |
| 2.10.2 | Controladoria-Geral da União (CGU)..... | 161 |
| 2.10.3 | Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)..... | 163 |
| 2.10.3.1 | Lavagem de ativos – apresentação do tema..... | 163 |
| 2.10.3.2 | A lavagem de ativos no Brasil – COAF..... | 166 |

CAPÍTULO 3

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS INICIATIVAS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO.....

| | |
|---------|---|
| | 171 |
| 3.1 | Principais iniciativas internacionais contra a corrupção..... 171 |
| 3.2 | Participação brasileira em acordos internacionais sobre corrupção 174 |
| 3.2.1 | A sistemática para a aprovação e vigência dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro..... 174 |
| 3.2.2 | Acordos firmados pelo Brasil sobre corrupção e modificações na legislação brasileira 174 |
| 3.3 | Medidas adotadas pelo Brasil para combater a corrupção e a Convenção de Mérida 178 |
| 3.3.1 | Metodologia do trabalho 178 |
| 3.3.2 | Medidas preventivas 178 |
| 3.3.2.1 | Avaliação periódica das políticas e práticas de combate à corrupção 178 |
| 3.3.2.2 | Órgãos de prevenção à corrupção..... 179 |
| 3.3.2.3 | Legislação do pessoal civil..... 184 |
| 3.3.2.4 | Acesso aos cargos eletivos..... 185 |
| 3.3.2.5 | Contratação pública..... 186 |
| 3.3.2.6 | Processos de prestação de contas e de execução do pressuposto (orçamento) nacional 191 |
| 3.3.3 | Medidas relativas ao Poder Judiciário e ao Ministério Público...194 |
| 3.3.4 | Participação da sociedade no controle dos gastos públicos 195 |
| 3.3.5 | Lavagem de ativos..... 196 |
| 3.3.6 | Penalização e aplicação da lei 198 |
| 3.3.7 | Cooperação internacional e recuperação de ativos..... 202 |
| 3.3.8 | Considerações finais acerca da observância da Convenção de Mérida pelo Brasil 203 |
| 3.4 | Convenção da OCDE sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais e a legislação brasileira..... 203 |
| 3.4.1 | Aspectos gerais sobre a Convenção da OCDE 203 |
| 3.4.2 | Responsabilidade de pessoa jurídica e sanções - (arts. 2 e 3 da Convenção)..... 207 |
| 3.4.2.1 | Responsabilidade penal de pessoa jurídica 207 |
| 3.4.2.2 | Sanções administrativas e responsabilidade civil..... 209 |
| 3.4.2.3 | Sanções decorrentes da prática de atos de improbidade administrativa 210 |
| 3.4.3 | Demais regras previstas na Convenção da OCDE..... 212 |
| 3.5 | Efetividade da Convenção das Nações Unidas sobre corrupção e da Convenção da OCDE sobre pagamento de suborno a funcionários estrangeiros no Brasil..... 219 |
| 3.6 | Convênios celebrados pelo Poder Público com ONG — exame da legislação brasileira 220 |

CAPÍTULO 4

| | |
|--|-----|
| EXAME DE CASOS | 229 |
| 4.1 A importância do estudo de casos | 229 |
| 4.2 Fraude na Previdência Social | 233 |
| 4.2.1 Apresentação do caso..... | 233 |
| 4.2.1.1 Área em que se verificou a fraude..... | 233 |
| 4.2.1.2 Como o escândalo se tornou conhecido | 235 |
| 4.2.2 Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude ... | 236 |
| 4.2.2.1 Falhas na legislação | 236 |
| 4.2.2.2 Falhas estruturais..... | 236 |
| 4.2.2.3 Carência de pessoal qualificado..... | 238 |
| 4.2.2.4 Instabilidade macroeconômica, com sucessão de planos econômicos..... | 238 |
| 4.2.3 Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes..... | 239 |
| 4.2.3.1 Ações propostas | 239 |
| 4.2.3.2 Recursos recuperados | 239 |
| 4.2.3.3 Sanções aplicadas..... | 241 |
| 4.2.3.4 Melhoria na legislação..... | 244 |
| 4.2.3.5 Melhoria nas estruturas | 245 |
| 4.3 O escândalo dos “Anões do Orçamento” | 247 |
| 4.3.1 Apresentação do caso | 247 |
| 4.3.1.1 Área em que se verificou a fraude..... | 247 |
| 4.3.1.2 Como o escândalo se tornou conhecido | 249 |
| 4.3.2 Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude ... | 249 |
| 4.3.2.1 Falhas na legislação | 249 |
| 4.3.2.2 Falhas estruturais..... | 250 |
| 4.3.2.3 Carência de pessoal qualificado..... | 251 |
| 4.3.3 Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes..... | 251 |
| 4.3.3.1 Ações propostas | 251 |
| 4.3.3.2 Recursos recuperados | 253 |
| 4.3.3.3 Prisões decretadas..... | 254 |
| 4.3.3.4 Consequências para aos principais envolvidos..... | 254 |
| 4.3.3.5 Melhoria na legislação..... | 255 |
| 4.3.3.6 Melhoria nas estruturas | 256 |
| 4.4 Escândalo das ambulâncias (ou máfia das sanguessugas) | 256 |
| 4.4.1 Apresentação do caso..... | 256 |
| 4.4.1.1 Área em que se verificou a fraude..... | 256 |
| 4.4.1.2 Os grupos envolvidos e o modo de atuação..... | 257 |
| 4.4.1.3 Como o escândalo se tornou conhecido | 261 |
| 4.4.2 Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude ... | 261 |
| 4.4.2.1 Falhas na legislação | 261 |
| 4.4.2.2 Falhas nos diversos procedimentos referentes a transferências voluntárias | 262 |
| 4.4.2.3 Ausência de estrutura de controle adequada | 264 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 4.4.3 | Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes..... | 264 |
| 4.4.3.1 | Ações propostas no âmbito da CPMI | 264 |
| 4.4.3.2 | Prisões decretadas e denúncias apresentadas pelo Ministério Público..... | 265 |
| 4.4.3.3 | Recursos recuperados | 267 |
| 4.4.3.4 | Melhoria na legislação..... | 268 |
| 4.4.3.5 | Melhoria nas estruturas administrativas..... | 268 |
| 4.5 | Corrupção na Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia..... | 268 |
| 4.5.1 | Apresentação do caso..... | 268 |
| 4.5.1.1 | A criação e os objetivos da Sudam | 268 |
| 4.5.1.2 | Os esquemas de corrupção na Sudam | 269 |
| 4.5.1.3 | Os casos mais rumorosos de corrupção na Sudam | 271 |
| 4.5.2 | Fatores que propiciaram a ocorrência de esquemas de corrupção na Sudam | 274 |
| 4.5.2.1 | Falhas e deficiências na estrutura da Sudam e na legislação que regia a atuação da autarquia..... | 274 |
| 4.5.2.2 | Falhas e deficiências de controle..... | 275 |
| 4.5.3 | Medidas adotadas pelo Poder Público ante os esquemas de corrupção na Sudam..... | 275 |
| 4.6 | Corrupção e <i>impeachment</i> : o caso Collor | 276 |
| 4.6.1 | Apresentação do caso..... | 276 |
| 4.6.1.1 | Área em que se verificou a fraude..... | 276 |
| 4.6.1.2 | Como o escândalo se tornou conhecido | 278 |
| 4.6.2 | Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude ... | 278 |
| 4.6.2.1 | Falhas na legislação | 278 |
| 4.6.2.2 | Falhas estruturais | 280 |
| 4.6.2.3 | Carência de pessoal qualificado..... | 281 |
| 4.6.3 | Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação do escândalo..... | 281 |
| 4.6.3.1 | Ações propostas | 281 |
| 4.6.3.2 | Recursos recuperados | 285 |
| 4.6.3.3 | Prisões decretadas..... | 285 |
| 4.6.3.4 | Melhoria na legislação..... | 285 |
| 4.6.4 | Outros comentários | 286 |
| 4.7 | Operação curupira | 290 |
| 4.7.1 | Apresentação do escândalo | 290 |
| 4.7.2 | Apresentação do caso - Área em que se verificou a fraude..... | 291 |
| 4.7.3 | Como o escândalo se tornou conhecido | 292 |
| 4.7.4 | Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude ... | 294 |
| 4.7.4.1 | Falhas no sistema de controle do transporte de madeira | 294 |
| 4.7.4.2 | Carência de pessoal qualificado | 295 |
| 4.7.5 | Ineficácia da administração na fiscalização e na punição dos responsáveis..... | 297 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 4.7.6 | Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação do escândalo | 298 |
| 4.7.6.1 | Ações propostas | 298 |
| 4.7.6.2 | Prisões decretadas..... | 301 |
| 4.7.6.3 | Melhoria na legislação e na estrutura | 302 |
| 4.7.7 | Conclusão..... | 304 |
| 4.8 | O escândalo dos bancos Marka e FonteCindam | 304 |
| 4.8.1 | Apresentação do caso | 304 |
| 4.8.1.1 | Área em que se verificou a fraude..... | 304 |
| 4.8.1.2 | Ambiente em que se deu a fraude..... | 305 |
| 4.8.1.3 | Elementos da fraude..... | 307 |
| 4.8.1.4 | Como o escândalo se tornou conhecido | 308 |
| 4.8.2 | Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude... 308 | |
| 4.8.2.1 | Falhas na legislação | 308 |
| 4.8.2.2 | Falhas estruturais..... | 309 |
| 4.8.2.3 | Carência de pessoal qualificado..... | 309 |
| 4.8.3 | Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes..... | 309 |
| 4.8.3.1 | Recomendações da CPI | 309 |
| 4.8.3.2 | Recursos recuperados | 311 |
| 4.8.3.3 | Prisões decretadas..... | 311 |
| 4.8.3.4 | Melhoria na legislação..... | 312 |
| 4.8.3.5 | Melhoria nas estruturas | 314 |
| 4.9 | O escândalo dos precatórios..... | 315 |
| 4.9.1 | Apresentação do caso..... | 315 |
| 4.9.1.1 | Definição de precatório judicial..... | 315 |
| 4.9.1.2 | Área em que ocorreu a fraude | 315 |
| 4.9.1.3 | Principais envolvidos..... | 320 |
| 4.9.1.4 | Como o escândalo se tornou conhecido | 322 |
| 4.9.2 | Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude... 322 | |
| 4.9.3 | Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes..... | 323 |
| 4.9.3.1 | Ações propostas | 323 |
| 4.9.3.2 | Prisões decretadas..... | 324 |
| 4.9.3.3 | Recursos recuperados | 324 |
| 4.9.3.4 | Melhoria na legislação..... | 324 |
| 4.9.3.5 | Melhoria nas estruturas | 325 |
| 4.10 | Escândalo da construção do fórum trabalhista de São Paulo 326 | |
| 4.10.1 | Apresentação do caso..... | 326 |
| 4.10.1.1 | Área em que se verificou | 326 |
| 4.10.1.2 | Como o escândalo se tornou conhecido | 327 |
| 4.10.2 | Razões que propiciaram a ocorrência da fraude - Esquema de desvio de recursos | 328 |
| 4.10.2.1 | Edital de licitação impreciso e vago..... | 328 |
| 4.10.2.2 | Falta de qualificação técnica e econômica da empresa contratada | 329 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 4.10.2.3 | Pagamentos sem a contrapartida em serviços | 330 |
| 4.10.2.4 | Lavagem do dinheiro | 330 |
| 4.10.2.5 | Pagamentos a agentes públicos | 332 |
| 4.10.2.6 | Fraude na fiscalização da obra (superfaturamento de serviços)..... | 334 |
| 4.10.2.7 | Aditivos contratuais indevidos..... | 334 |
| 4.10.2.8 | Falhas graves nos projetos de construção e dificuldades para a mensuração do real valor da obra | 335 |
| 4.10.2.9 | Resumo das falhas que propiciaram a fraude | 335 |
| 4.10.2.10 | Agentes envolvidos | 336 |
| 4.10.3 | Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes..... | 337 |
| 4.10.4 | Sanções aplicadas e recuperação dos valores desviados | 346 |
| 4.10.5 | Modificações na legislação e nas estruturas da Administração Pública | 349 |
| 4.10.6 | O impacto do escândalo na mídia | 350 |
| 4.11 | Escândalo do mensalão..... | 351 |
| 4.11.1 | Apresentação do Caso..... | 351 |
| 4.11.1.1 | Área em que se verificou a corrupção..... | 351 |
| 4.11.1.2 | Os grupos envolvidos e o modo de atuação..... | 352 |
| 4.11.1.2.1 | Origem dos recursos do mensalão | 354 |
| 4.11.1.2.2 | Repasse dos recursos do mensalão | 356 |
| 4.11.1.3 | Como o escândalo se tornou conhecido | 357 |
| 4.11.2 | Razões que propiciaram a ocorrência da fraude | 359 |
| 4.11.2.1 | Falhas na legislação | 359 |
| 4.11.2.2 | Falhas no modelo político..... | 360 |
| 4.11.3 | Medidas adotadas pelo poder público após a divulgação das fraudes..... | 361 |
| 4.11.3.1 | Ações propostas no âmbito da “CPMI dos Correios” | 361 |
| 4.11.3.2 | Prisões decretadas e denúncias apresentadas pelo Ministério Público..... | 363 |
| 4.11.3.3 | Recursos recuperados | 366 |
| 4.11.3.4 | Melhoria na legislação..... | 366 |
| 4.11.3.5 | Melhoria nas estruturas | 370 |
| 4.12 | Quadro geral | 375 |
| 4.13 | Impressões resultantes da divulgação dos diversos escândalos e análise das medidas adotadas..... | 376 |

CAPÍTULO 5

| | | |
|-----|---|-----|
| | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO..... | 381 |
| 5.1 | O papel da Comunidade Internacional: introdução..... | 381 |
| 5.2 | A globalização e a corrupção nas relações internacionais..... | 383 |
| 5.3 | O tratamento tributário para o pagamento de subornos a funcionários estrangeiros..... | 387 |

| | | |
|------------------|---|-----|
| 5.4 | A resposta da comunidade internacional à lavagem de dinheiro | 389 |
| 5.5 | A comunidade internacional e a corrupção transnacional | 395 |
| 5.6 | Medidas nacionais contra a corrupção transnacional | 396 |
| 5.7 | Razões econômicas para combater a corrupção no plano internacional | 397 |
| 5.8 | Questões jurídicas a serem superadas para o efetivo combate à corrupção transnacional..... | 399 |
| 5.9 | Diferentes perspectivas para a atuação dos organismos internacionais | 402 |
| 5.9.1 | Acompanhamento de projetos de financiamento internacional | 403 |
| 5.9.2 | Apoio a reformas estruturais nos países menos desenvolvidos..... | 405 |
| 5.9.3 | Fixação de limites à corrupção transnacional..... | 405 |
| 5.9.4 | O controle da lavagem de ativos | 407 |
| 5.10 | Considerações finais sobre a atuação da comunidade internacional no combate à corrupção | 409 |
| CONCLUSÕES | | 411 |
| 1 | Cenário internacional | 411 |
| 2 | Vulnerabilidades identificadas no Brasil que propiciam a prática de atos corruptos | 413 |
| 2.1 | Considerações gerais | 413 |
| 2.2 | Estruturas de controle da Administração Pública brasileira | 414 |
| 3 | Análise do cenário estrutural dos órgãos de controle – da prevenção à punição | 417 |
| 4 | Estruturação das instituições | 422 |
| 5 | Mudanças legislativas | 424 |
| 6 | Impunidade e papel da imprensa | 426 |
| 7 | Poder Judiciário..... | 428 |
| 8 | Considerações finais | 429 |
| REFERÊNCIAS..... | | 431 |